

EDUCAÇÃO INDÍGENA E TECNOLOGIAS DIGITAIS NO CENÁRIO DA PANDEMIA

INDIGENOUS EDUCATION AND DIGITAL TECHNOLOGIES IN THE PANDEMIC SCENARIO

Laleska Leticia Falicoⁱ

Rosely Aparecida Romanelliⁱⁱ

RESUMO: Este artigo aborda a educação indígena no contexto digital, enfatizando a necessidade de respeitar os valores das comunidades. Explora teorias educacionais e examina os impactos tecnológicos durante a pandemia. Com foco em Mato Grosso, analisa a diversidade sociocultural indígena e questiona a eficácia das políticas públicas diferenciadas na inclusão tecnológica durante a pandemia. O estudo destaca a importância de uma abordagem educacional além dos modelos convencionais, promovendo a pluralidade na Educação Indígena. Para este estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica detalhada, buscando teorias educacionais pertinentes à educação indígena no contexto digital. Além disso, foram analisados dados qualitativos e quantitativos sobre o acesso tecnológico e a inclusão digital em comunidades indígenas de Mato Grosso através de uma pesquisa de campo com estudantes indígenas da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado do Mato Grosso (FAINDI/UNEMAT). A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para compreender as percepções e experiências das comunidades em relação à educação digital. Os resultados obtidos indicam que, embora a tecnologia ofereça oportunidades para aprimorar a educação indígena, existem desafios significativos relacionados à infraestrutura, acesso e adaptação cultural. A diversidade sociocultural indígena em Mato Grosso influencia diretamente a forma como as comunidades acessam e utilizam a tecnologia educacional. Ademais, os resultados sugerem que as políticas públicas diferenciadas nem sempre são eficazes na promoção da inclusão tecnológica. Conclui-se que uma abordagem educacional que respeite os valores e a diversidade das comunidades indígenas é essencial para promover uma educação digital inclusiva à cultura.

Palavras-chave: Educação. Educação indígena. Políticas públicas.

ABSTRACT: This article looks at indigenous education in the digital context, emphasizing the need to respect community values. It explores educational theories and examines the technological impacts during the pandemic. With a focus on Mato Grosso, it analyzes indigenous sociocultural diversity and questions the effectiveness of differentiated public policies in technological inclusion during the pandemic. The study highlights the importance of an educational approach that goes beyond conventional models, promoting plurality in Indigenous Education. To carry out this study, a detailed bibliographic review was carried out, searching for educational theories pertinent to indigenous education in the digital context. In addition, qualitative and quantitative data on technological access and digital inclusion in indigenous communities in Mato Grosso was analyzed through field research with indigenous students at the Intercultural Indigenous College of the State University of Mato Grosso (FAINDI/UNEMAT). The research adopted a qualitative approach to understand the perceptions and experiences of the communities in relation to digital education. The results indicate that although technology offers opportunities to improve indigenous education, there are significant challenges related to infrastructure, access and cultural adaptation. Indigenous socio-cultural diversity in Mato Grosso directly influences how communities' access and use educational technology. Furthermore, the results suggest that differentiated public policies are not always effective in promoting technological inclusion. It is concluded that an educational approach that respects the values and diversity of indigenous communities is essential to promote culturally inclusive digital education.

Keywords: Education. Indigenous education. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um recorte da dissertação intitulada "Multiverso Digital: A Educação Indígena em Tempos de Pandemia", apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. A motivação subjacente a esta pesquisa reside na necessidade premente de ampliar os estudos sobre a educação em tempos digitais, visando compreender os desafios fundamentais do século XXI em relação a esse novo formato educacional.

No âmbito deste estudo, serão explorados os principais marcos teóricos relacionados à educação, tanto no contexto formal quanto no informal, destacando a Educação Indígena e a educação escolar indígena, bem como a inserção dessas práticas no ambiente digital. Mais do que simplesmente abordar os desafios do acesso tecnológico, a pesquisa propõe-se a ressaltar a importância de uma abordagem educacional que respeite e preserve os valores e costumes das comunidades indígenas.

A relevância social e científica da temática se evidencia ao considerar a diversidade sociocultural indígena no Estado de Mato Grosso. Além disso, este estudo contribui para o conhecimento científico ao avaliar os impactos das tecnologias, especialmente durante a pandemia de Covid-19. A escolha específica dos povos indígenas como foco de análise foi motivada pelos dados do Censo IBGE de 2010, que revelam a existência de mais de 240 povos indígenas no Brasil, aproximadamente 43 deles localizados no Mato Grosso. Assim, torna-se imperativo realizar pesquisas que valorizem e reconheçam a riqueza da diversidade mato-grossense.

O contexto pandêmico, iniciado em maio de 2020 com a recomendação de isolamento social pela Organização Mundial da Saúde (OMS), trouxe à tona a relevância dos meios virtuais como ferramentas poderosas na transmissão de informações. Na educação, o ensino remoto substituiu o presencial como uma alternativa necessária para não prejudicar os estudantes do país. Contudo, essa transição destacou a desigualdade de acesso, evidenciando que nem todos os estudantes brasileiros possuem os requisitos necessários para o ensino remoto.

A pergunta de partida que norteia a pesquisa busca identificar as percepções da inclusão das tecnologias na Educação Indígena, especialmente durante o ensino remoto provocado pela pandemia de Covid-19. Diante desse cenário, a pesquisa visa responder à seguinte problemática: qual foi o panorama da Educação Indígena no ensino remoto durante a pandemia de Covid-19? Considerando a luta dos povos indígenas por uma educação que preserve sua cultura e promova a interculturalidade, torna-se imprescindível investigar se as políticas públicas voltadas para a educação diferenciada estão sendo efetivamente implementadas e acompanhando as transformações sociais.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica detalhada em busca de teorias educacionais relevantes para a Educação Indígena no contexto digital. Além disso, foram analisados dados qualitativos e quantitativos sobre o acesso tecnológico e a inclusão digital em comunidades indígenas de Mato Grosso. A abordagem qualitativa adotada permitiu compreender as percepções e experiências das comunidades em relação à educação digital. Adicionalmente, foi conduzido um estudo de campo com a participação de 25 alunos indígenas da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (FAINDI/UNEMAT).

A estrutura deste artigo contempla uma introdução que contextualiza a relevância da Educação Indígena no contexto digital, seguida pela fundamentação teórica que explora os principais marcos teóricos relacionados à Educação Indígena e sua inserção no ambiente digital. A metodologia detalha os procedimentos adotados na pesquisa, enquanto os resultados apresentam as principais conclusões e análises sobre os desafios e oportunidades da educação indígena no ambiente digital.

Por fim, as considerações finais deste estudo destacam a importância de políticas e práticas educacionais inclusivas e culturalmente relevantes para as comunidades indígenas de Mato Grosso.

2 AFINAL, EXISTE APENAS UM TIPO DE EDUCAÇÃO?

A definição do que é educação ultrapassa os muros da escola e os métodos tradicionais. Todos os indivíduos estão inseridos no ambiente educacional, seja na escola, na igreja, em casa, em uma

conversa com amigos, a todos os momentos ensinando e aprendendo, pelas diversas vias de convivência social.

Brandão (1981) em seu livro "O que é educação", - apresenta alguns elementos fundamentais para a compreensão do papel da educação na sociedade. O autor expõe um exemplo de educação dentro das comunidades indígenas que serve perfeitamente para demonstrar a proposta dessa pesquisa. A situação evidenciada por Brandão (1984) se refere a uma carta assinada por Virgínia e Maryland, ambos Estados líderes do tratado de paz com os indígenas da Seis Nações nos Estados Unidos. A carta apresentava a proposta a comunidade indígena para que eles enviassem alunos de sua aldeia para estudar nas escolas dos brancos e então os indígenas responderam o seguinte:

Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa... Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corretores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens (Brandão, 1981, p. 8).

Ao ler a carta e analisar a situação exposta sobre os métodos de educação de acordo com a necessidade dos povos indígenas é possível compreender que não existe apenas um modelo educacional. A educação vai para além do capital, ela deve ser utilizada como um instrumento de emancipação social para atender as mais diversas categorias de sujeitos dos grupos sociais existentes na sociedade.

Além do mais, nesse exemplo citado na carta apresentada por Brandão (1981) fica evidente dois exemplos das milhares formas de educação existentes no universo, primeira de um homem branco europeu que contempla o ensino tradicional, está relacionado ao status social e ao capital, sendo através da educação que esse grupo tem acesso as classes mais altas e dominantes. Já a Educação Indígena, contempla os saberes que ultrapassam gerações, o contato do homem com a natureza, agricultura, o artesanato, a caça etc. Dessa forma, pode-se compreender que a educação deve ser compatível com a cultura em que o indivíduo está inserido e que vai ser propícia para o desenvolvimento de seu meio social. Portanto, não existe apenas uma forma correta de educar.

A educação existe antes mesmo da criação de escolas, ela é uma rede de saber que é transmitida de geração para geração, repassando conhecimentos adquiridos através das experiências, da convivência e com os próprios instintos que afloram no ser humano a necessidade de evoluir para sobreviver. Para compreender como ocorre esse processo de ser educado fora dos ambientes escolares através da observação e da troca de saberes, Brandão (1981) nos apresenta o comportamento animal,

sendo que as espécies aprendem a sobreviver através da repetição de condutas de outras espécies e da própria. Pode-se observar que os pais de algumas espécies criam situações para treinar os filhotes, como por exemplo uma mãe que expulsa o filho passarinho do ninho para que ele consiga aprender a voar para sobreviver.

O processo de aprender e ensinar está enraizado na própria consciência, sendo a humanidade uma espécie que a todo momento estabelece transformações através de situações sociais para evoluir. Brandão (1981) nos apresenta um paralelo com as ideias de Werner Jaeger, com a seguinte reflexão:

A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais damos o nome de educação. Na educação, como o homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impele todas as espécies vivas à conservação e à propagação de seu tipo. É nela, porém, que essa força atinge o seu mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente do conhecimento e da vontade, dirigida para a consecução de um fim. (Brandão, 1981, p. 14 – 15).

Dessa forma, o ser humano necessita de uma organização social e cultural para estabelecer as esferas sociais e com isso constituir as divisões do trabalho na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento e manutenção das diversas atividades exercidas pelo homem. Essa reflexão sobre a educação promove o que Freire define como educação libertadora, sendo ela uma prática pedagógica que insere os indivíduos de maneira igualitária no ambiente educacional:

[...] é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (Freire, 2000, p. 110, grifos do autor).

Além do mais, a educação emancipatória proposta por Paulo Freire se refere a uma educação popular, que almeja proporcionar espaços aos oprimidos e promover a libertação e a transformação social. A educação formal está ligada a pedagogia, uma prática educativa desenvolvida desde o início da civilização ocidental, principalmente pelos sofistas na Grécia:

A Pedagogia é uma reflexão sobre as finalidades da educação e uma análise objetiva de suas condições de existência e de funcionamento; ela está em relação direta com a prática educativa que constitui seu campo de reflexão e de análise, sem, todavia, confundir-se com ela (Mialaret, 1991, *apud* Libâneo, 2005, p. 143).

Brandão (1981) evidencia que o surgimento das escolas ocorreu através da geração de hierarquias sociais, quando o saber comum se divide e promove uma divisão da sociedade. Em outras palavras, inicialmente esse processo educacional seguia sistemas pedagógicos e leis para estabelecer as divisões de classes. Para compreender como era esse sistema de educação formal é necessário retornar

à Grécia antiga, em meados de (IV a V a.C). Nesse período existia a Escola Sofística, onde os alunos conhecidos como sofistas adquiriam técnicas e conhecimentos em troca de mensalidades. Somente os jovens com poder aquisitivo pertencentes a nobreza tinha condições financeiras de adquirir conhecimentos como oratória, música, ciência e filosofia. Os sofistas foram criticados por filósofos como Sócrates, Aristóteles e Platão, sendo a Escola Sofística considerada como mercenária de acordo com as palavras dele.

Ainda durante o período da Grécia antiga o filósofo conhecido como Sócrates (470 a.C - 399 a.C) foi o importante representante da educação como uma forma democrática e de direito a todos os cidadãos. Sócrates apresentava dois conceitos: a dialética e maiêutica. A maiêutica se refere a uma metodologia criada por Sócrates que instiga o ser humano a produzir o conhecimento a partir de perguntas, enquanto a dialética é um método de produzir conhecimento através da refutação lançada aos seus interlocutores, ou seja, é uma forma de produzir um novo conhecimento sobre algo já existente.

Conhecer a história dos sofistas e de Sócrates nos permite compreender como ensino era restrito somente a classe dominante, e que quem fosse contra o sistema era penalizado.

Posteriormente, é necessário compreender o papel da Europa e da igreja na construção educacional. Os primeiros indícios de educação pública surgiram em 1717, na Prússia. O rei Frederico Guilherme estabeleceu a obrigatoriedade de crianças entre 5 e 12 anos frequentarem o ambiente escolar.

Foi o Rei Frederico Guilherme I quem inaugurou o sistema de educação compulsória prussiano, o primeiro sistema nacional na Europa. Em 1717, ele ordenou a frequência obrigatória para todas as crianças nas escolas estatais e, em atos posteriores, seguiu com a disposição para a construção de mais escolas. (Rothbard, 1999, p. 25).

Mais tarde, em 1789, a França também estabeleceu a obrigatoriedade da educação primária para crianças e para a formação de professores do ensino básico. No entanto houve muitas controvérsias na época devido ao pensamento iluminista. Em 1850, com a lei Falloux do Ministro da Educação Alfred Falloux, se estabeleceu um ensino baseado no catolicismo. Somente em 1881 foi aprovada a lei de escolas públicas e laicas para crianças de 3 a 6 anos.

Em 1923, após a Independência do Brasil, foi criada a lei que estabelecia a criação de escolas em todas as cidades. No entanto, foi somente após a primeira guerra Mundial que a educação foi pensada de forma a se constituir no privado somente para as classes altas.

Durante a ditadura militar de 1964, a educação era pensada como formação de profissionais para atender as demandas capitalistas. Foram muitos os caminhos percorridos até chegar à escola pública para todos e democratizar o ensino para todas as classes sociais. O saber por muito tempo ficou restrito somente a elite dominante para a preservação do status social.

Freitag (1977) assim se manifesta:

Se não reproduziu adequadamente a força de trabalho, é porque a lei não se colocou claramente esse objetivo. O sistema educacional funcionou em geral, de acordo com o programa fixado em lei. Somente este programa, sendo ambíguo e contraditório, permitiu uma utilização dialética da própria lei. As classes dominantes a usaram a seu favor, conseguindo preservar os seus privilégios. Para esconder que isso estava ocorrendo e manter a ideologia de um sistema neutro que oferecesse chances iguais a todos, aceitou o abuso que o setor privado (empresarial) e a classe subalterna estavam fazendo dele, legitimados pela lei: fornecer através do ensino profissionalizante, não habilitações profissionais, mas chances formais de ingresso à universidade. Se transitoriamente os interesses de todos estavam satisfeitos, continham no embrião o conflito que eclodiria no período subsequente (Freitag, 1977, p. 33).

Somente em 1988, com o artigo 6º da Constituição Federal todos os indivíduos passaram a ter os direitos iguais. O artigo 6º atualizado EC 90/15 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Mais tarde em 1996, foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que dividia a educação formal da seguinte forma: ensino básico, atualmente abarcando a educação infantil, ensino fundamental, médio, profissionalizante e o ensino superior.

Após essa caminhada sobre a história da educação formal, nos dias atuais ainda é possível encontrar alguns desafios na educação. O ensino-aprendizagem no ambiente escolar, busca constantemente superar os paradigmas tradicionais que enxergam o aluno como uma tábula rasa que está somente recebendo o conhecimento que o professor transmite.

3 CULTURA DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NO MODO DE ENSINAR E APRENDER

É evidente que o indivíduo vive cada vez mais imerso em uma sociedade digital, fazendo-se necessário conhecer esses avanços tecnológicos em nosso cotidiano. Quando se fala da mídia e da tecnologia é fundamental compreender o que cada um desses termos representa para nossa sociedade, assim, serão destacados alguns conceitos sobre a mídia e sobre a tecnologia. De acordo com o Dicionário Houaiss (2009), o termo "tecnologia" significa:

1. Tratado das artes em geral. 2. Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria. 3. Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático. 4. Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: Nossa era é a da grande tecnologia. T. de montagem de superfície, Inform.: método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local. T. social, Sociol: conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle. De alta tecnologia, Eletrôn. e Inform.: tecnologicamente avançado: Vendemos computadores e vídeos de alta tecnologia. Sin: high-tech (Houaiss, 2009, p. 760).

Nesse contexto, pode-se denominar que a tecnologia é o conjunto de conhecimentos técnicos e científicos que envolvem a ciência e a engenharia na construção de instrumentos e equipamentos para simplificar a troca de informação e a melhora na qualidade de vida.

Os meios digitais perpassam o cotidiano da maioria dos indivíduos da sociedade, como ferramentas que são utilizadas como mecanismo de trabalho, acesso à informação, entretenimento, entre tantas outras utilidades que essa era proporciona à sociedade. No entanto, é preciso compreender que essas facilidades tecnológicas podem atuar de maneira democrática facilitando o acesso aos mais diversos tipos de informação, mas que também o uso indevido pode causar alienação por meio das ideologias que possam ser veiculadas através das mídias.

Ademais, esse modelo tecnológico que permeia a sociedade está em constante evolução, ou seja, essa era digital acompanha as transformações sociais e as necessidades ideológicas. Conforme explica Klaus Schwab,

Atualmente, enfrentamos uma grande diversidade de desafios fascinantes; entre eles, o mais intenso e importante é o entendimento e a modelagem da nova revolução tecnológica, a qual implica nada menos que a transformação de toda a humanidade. Estamos no início de uma revolução que alterará profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos (Schwab, 2016, p. 11).

Um marco histórico de grande importância para entender o início do desenvolvimento tecnológico que se encontra na sociedade atualmente é a Revolução Industrial, sendo esse movimento dividido em três etapas (Chatfield, 2012):

- A primeira etapa da revolução industrial ocorreu entre 1760 e 1860, na Inglaterra. Nesse período foram criadas as primeiras indústrias com teor mecanizado para o avanço da produção do trabalho como o aprimoramento das máquinas a vapor. Durante esse período, os trabalhadores, que operavam anteriormente em um sistema exaustivo de trabalho, tiveram com a industrialização trabalhos mais específicos e menos cansativos, o que resultou no aumento da produtividade das empresas e também aumento de salários.
- A segunda etapa da revolução industrial ocorreu em 1860 até 1900. O surgimento desse segundo período realçou os aspectos da sociedade industrial, da reorganização e luta dos trabalhos e do crescimento do capitalismo. Nesse período foram criadas a energia elétrica, combustíveis, motores que contribuíram significativamente para o avanço da produção em massa.
- Na terceira etapa da Revolução Industrial, também conhecida como revolução informacional ocorreu em meados da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). Esse período intensificou os processos tecnológicos que começaram a ser desenvolvidos anteriormente, e foi a partir das experiências adquiridas ao longo dos anos que foram criadas inovações tecnológicas, a eletrônica e a robótica. Foi nesse momento que surgiram os computadores, a internet e o telemóvel. No entanto, muitos desses recursos tecnológicos inicialmente estavam disponíveis

apenas para as indústrias bélicas e de espionagem. Somente em meados de 1990 que o acesso tecnológico em relação à internet se expandiu aos lares de outros indivíduos da sociedade.

- Desse modo, pode-se perceber a importância da terceira revolução industrial em relação ao avanço das tecnologias e da comunicação. Porém, esses avanços da nova tecnologia criaram os conceitos de inclusão e exclusão digital. É evidente que a expansão dessa era digital é resultado da globalização. No entanto, mesmo disponibilizando esses recursos não são todos os indivíduos que conseguiram e conseguem ter acesso. Isso ocorre devido à falta de ações das políticas públicas para a democratizar o acesso tecnológico a todos os indivíduos.
- Esses três movimentos que ocorreram ao longo da história resultaram em uma quarta fase da Revolução Industrial que também é conhecida como Indústria 4.0. Esse novo período acontece atualmente no século XXI, no mundo todo e engloba tecnologias de automação, inteligência artificial, robótica, e tecnologias vinculadas à internet.

Segundo Tessarini e Saltorato:

A Indústria 4.0 tem sido caracterizada pela incorporação de emergentes tecnologias de informação ao ambiente de produção, promovendo substanciais ganhos de produtividade e flexibilidade e transformando a natureza do trabalho industrial. Mais do que isso, seus impactos atingem toda a esfera empresarial, política, econômica e social, o que faz com que, não por acaso, venha sendo taxada como a quarta revolução industrial (Tessarini; Saltorato, 2018, p. 01).

Segundo Klaus Schwab (2016) “estamos no início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro” (Schwab, 2016, p. 1). O autor traz um recorte e uma reflexão sobre o processo da quarta revolução industrial e de como ela influencia no sistema educacional a partir de uma estrutura definida através de democracia, cidadania e isonomia. De acordo com Neves (2016),

As desigualdades sociais e educacionais são um tema bastante recorrente na Sociologia da Educação. Há diversas teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na (re)definição da estrutura social. Entre essas, algumas análises centram-se na capacidade da escolarização viabilizar ou não a mobilidade social. No âmbito dessas discussões, três correntes ideológicas ganham destaque: a primeira, que afirma que a classe de origem determina completamente o destino dos indivíduos; a segunda, que advoga justamente o contrário, ou seja, que a classe social de origem influencia, mas não determina as trajetórias, e por fim as que depositam na instituição escolar grande parte da responsabilidade sobre os destinos individuais (Neves, 2016, p. 96).

Nesse contexto, pensar a escola a partir da indústria 4.0 oportuniza reflexões sobre quais os modelos de ensino-aprendizado são almejados pela sociedade. Partindo dessa ideia, Neves (2016), traz a seguinte reflexão a partir das análises realizadas:

Análise empírica realizada na Suécia, citada por Goldthorpe (2010), leva à reflexão sobre dois dilemas. O primeiro é que o aumento da escolaridade não aponta para um elevado crescimento econômico, pois não se percebe estreita relação entre maior escolarização e melhoria das forças produtivas. Por outro lado, há uma diminuição do desemprego. Mas é prematuro dizer que qualquer mudança tenha forte influência do aumento da escolarização, uma vez que não há pesquisas empíricas suficientemente consistentes que comprovem isso (Neves, 2016, p. 100).

Nesse processo globalizado da tecnologia a questão da empregabilidade é o principal fomento socioeconômico. No entanto, a educação não deve ser pensada apenas como uma porta para o mercado de trabalho, mas também deve ser pensada em uma educação que prepara o indivíduo para atuar em sociedade, desenvolvendo os aspectos individuais sociais, a partir de uma perspectiva acessível para que os menos favorecidos também tenham o suporte necessário para se enquadrar em tal cenário e desenvolver as habilidades necessárias para atuar na vida pessoal e profissional.

3.1 Educação na pandemia: desafios e perspectivas

Primeiramente, é necessário entender as principais características desse processo histórico da pandemia do século XXI. A pandemia causada pelo vírus da covid-19 trouxe diversas mudanças para a sociedade devido a implementação de medidas de prevenção para evitar a propagação do vírus. Nesse contexto, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto da doença como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como Pandemia. O vírus pode se espalhar principalmente pelo ar quando as pessoas mantêm uma certa proximidade das outras, ou seja, através da respiração, espirro, tosse ou pela fala entre os indivíduos. As pessoas permanecem contagiosas por até duas semanas e podem espalhar o vírus mesmo se forem assintomáticas.

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus a educação passou por um dos maiores desafios já enfrentados. Segundo dados levantados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 800 milhões de estudantes tiveram as aulas interrompidas ao longo de 2020 e 2021. O Brasil está entre os 4 países com período mais prolongado de fechamento de escolas, com 40 semanas. Em razão disso, a educação passou por um período bem complicado, tanto para os alunos quanto para os professores, pois tiveram que mudar o método de ensino comumente utilizado. Como forma de amenizar os prejuízos e viabilizar a continuidade do estudo desses alunos, as instituições de ensino optaram pelo ensino remoto.

De acordo Projeto de Lei nº 4.816/20, foi estabelecida a substituição do ensino presencial por ensino remoto, realizado por meios digitais, para as instituições da educação básica e superior, como

meio para evitar a propagação do vírus e, também, como uma ferramenta para diminuir os impactos na educação (Oliveira, 2021). O projeto estabelece que:

Art. 2º - os estabelecimentos particulares de educação básica e de educação superior que adotem, em substituição ao ensino presencial, nos termos da legislação pertinente, o ensino remoto, realizado por meios digitais, ou o ensino híbrido, isto é, em parte presencial e em parte remoto, deverão no que se refere à atuação dos docentes no ensino remoto:

I - regular a prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office ou trabalho remoto, preferencialmente por meio de negociação coletiva, acordo coletivo, e por contrato de trabalho aditivo por escrito, tratando de forma específica sobre a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura do trabalho remoto, bem como o reembolso de eventuais despesas a cargo da(o) empregada(o), nos termos do art. 75-D da CLT, e demais aspectos contratuais pertinentes à prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office;

III - regular a conversão de aulas presenciais em aulas gravadas, por meio de aditivo contratual, com garantia de irredutibilidade salarial;

IV - regular a quantidade máxima de alunos por turma nos mesmos limites das turmas presenciais, não sendo permitido o acúmulo de turmas de campus ou unidades educacionais distintas; [...]. (BRASIL, 2020).

Em complemento, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispõe que esse processo de substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, poderá se prolongar até que a pandemia seja controlada, conforme esclarecido respectivamente nos Art. 1º, parágrafos II, III, IV e VI, Art. 2º, parágrafos I e II.

Em razão da impossibilidade de realizar os encontros presenciais entre professores e alunos, as aulas remotas surgiram como alternativa para reduzir os impactos negativos no processo de aprendizagem. Com as aulas suspensas, muitas escolas, educadores, pais e alunos tiveram que passar do ensino presencial para o ensino remoto sem muito tempo de preparação, o que foi um grande desafio para todos. Por conta da pandemia, os recursos digitais foram responsáveis por abrir novas possibilidades de comunicação entre escola, professores e alunos o que possibilitou que não houvesse uma paralisação total no calendário escolar. No entanto, a adaptação ao ensino remoto não foi uma tarefa fácil, especialmente diante de uma situação de muita insegurança e impossibilidade de afirmar o quanto aquela situação ainda iria durar.

Na prática, o ensino remoto é feito por um professor que ministra as aulas, sejam elas ao vivo ou gravadas, por meio de videoconferência ou recurso similar. A carga horária é a mesma das aulas presenciais, mantendo a frequência. Porém, tanto os educadores quanto os estudantes enfrentaram grandes desafios com as aulas remotas, afinal, as mudanças foram abruptas. Adaptar toda a dinâmica da sala de aula presencial para os ambientes virtuais demanda investimento de tempo e em tecnologia.

Nesse contexto de ensino *on-line* é importante compreender que ensino remoto se diferencia da Educação a Distância (EaD), pois o ensino EaD é considerado uma modalidade de ensino e possui a mediação dos processos de ensino e aprendizagem com o uso de meios e Tecnologias Digitais da

Informação e Comunicação (TDIC), “[...] com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis” (BRASIL, 2017, p. 3). De acordo com as novas portarias publicadas em 2020 no art. 32, inciso IV, o ensino remoto deverá ser “utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 2020, p. 24). Por situações como essas:

Não se pode confundir Educação a Distância (EaD) com atividade remota pela internet em situação de crise grave. EaD é toda uma concepção didática e de estudo e aprendizagem que envolve estrutura, conteúdos, formação e que abrange desde o desenho didático inicial adequado às características da área de conhecimento específica até as avaliações da aprendizagem discente, executada por equipe multidisciplinar treinada. [...]. Atividade remota é fazer alguma atividade temporária via internet, em situações precárias e emergenciais, para tentar reduzir danos da aprendizagem a partir de um sistema de ensino originalmente presencial (Junqueira, 2020, p. 04).

Contudo, Cordeiro (2020), afirma que durante o processo de pandemia foi necessário repensar o processo de ensino-aprendizagem. Com adaptação do ensino remoto na pandemia vieram à tona a fragilidade e as desigualdades presentes no meio educacional.

Nesse contexto, Cordeiro (2020): ainda alerta sobre esse processo tecnológico durante a pandemia:

O impacto da pandemia na educação, traz à tona a discussão sobre a urgência de mecanismos para a implementação da Educação a Distância em nosso país. Sabe-se que a tecnologia é um fator primordial no que diz respeito à evolução digital, permitindo experiências proveitosas especificamente no âmbito educacional. No entanto, diante do contexto em que o mundo se depara, com uma realidade caótica sem precedentes de uma pandemia causada pelo COVID-19, que se instalou no mundo, fechando ou alterando diversos setores dentre eles o educacional, onde milhares de crianças ficaram impedidas de ir à escola. Contudo, as instituições educacionais se empenham na busca de novas modalidades de estudo, como o suporte das tecnologias digitais. Assim, professores e alunos tiveram que se adaptar às aulas a distância e utilizar toda a criatividade para dar continuidade às atividades escolares, utilizando para isso a Rede Mundial de Computadores, Internet que foi um diferencial neste processo e os diversos recursos tecnológicos disponíveis (Cordeiro, 2020, p.1).

Mesmo em tempos de normalidade, a adoção do ensino híbrido amplia as experiências de aprendizagem, aproximando a educação formal a um cotidiano permeado pela tecnologia. No entanto, não se trata apenas de dar acesso à internet e computadores aos estudantes, mas de repensar a escola como um todo, reorganizar a sala de aula e realizar um novo planejamento pedagógico.

Segundo o Censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,9% dos lares brasileiros têm acesso à internet. No entanto, o acesso é desigual: o número vai para a faixa dos 40% em áreas rurais. Também é preciso levar em consideração que a forma como se dá o acesso à internet também é desigual: enquanto a maioria dos estudantes da rede particular possui computador

em casa, na rede pública, um em cada três alunos dispõe apenas do telefone celular para realizar as atividades escolares.

Além da falta de aparelhos adequados para que os estudantes conseguissem acompanhar as aulas, outros fatores dificultaram o ensino remoto, tais como: dificuldades dos pais ou responsáveis em ajudar os alunos em casa, aumento da carga de trabalho dos professores, pois tiveram que se desdobrar e muitas vezes trabalhavam três vezes mais que o normal. Além disso, a impossibilidade de acesso aos alunos que vivem em áreas isoladas ou que estão iniciando os estudos no fundamental foi um grande desafio nesse período de pandemia.

Ademais, essas carências no campo educacional ultrapassam a falta de recursos e materiais tecnológicos, pois também faltam subsídios humanos, já que o professor não consegue manter a proximidade com a rotina do aluno, como no ensino presencial, para auxiliar as dificuldades individuais de cada um. Diante do atual cenário, e todas as debilidades do ensino remoto durante a pandemia, é importante mencionar o papel do docente em mediar técnicas para fortalecer o processo de aprendizado dos alunos. Com isso, se torna necessária a formação continuada que fornece a esses profissionais os conhecimentos e estímulos fundamentais para propiciar ao aluno o melhor desenvolvimento intelectual.

As promessas da modernidade – liberdade, igualdade e solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população mundial” (Santos, 2008, p. 29), com isso, a escola tem que estar à altura das novas exigências sociais e históricas vivenciadas, devendo se renovar com a presença dos instrumentos de comunicação atuais. Além disso, a maneira mais bem-programada, é a experiência do ato de conhecer ou a criação do novo conhecimento, como a pesquisa, a capacitação e a formação dos quadros que, aliás, pode se dar também fora da instituição, como acontece muito nos dias atuais.

Tendo em vista que a legislação prevê a efetivação da Educação Indígena diferenciada, se torna necessário compreender os objetivos e as especificidades desse modelo de educação. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) essa educação pode ser descrita da seguinte forma: “Específica e diferenciada: Porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena” (Brasil, 1998).

A legislação determina que todos os estudantes possuam o direito a uma educação de qualidade, o uso das tecnologias está ligado a essa questão da qualidade do ensino-aprendizagem. Ao analisar o objeto de estudo dessa pesquisa que é o acesso tecnológico por estudantes indígenas durante a pandemia é possível identificar que apesar da qualidade de ensino não depender apenas do uso das tecnologias, essas ferramentas propiciam a efetivação dos direitos individuais, do acesso à educação, da diminuição das desigualdades sociais e ampliação da educação inclusiva.

Nesse sentido, Melgueiro (2012), descreve que o artigo 232 da CF de 1988:

O Art. 232, propõe para os indígenas, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. A partir da década de 80, emergiram muitas organizações indígenas no Brasil. Com a Federação, os indígenas obtiveram conquistas importantes, como

a demarcação de terras e a educação escolar indígena, as quais foram as principais bandeiras de luta, desde o início do processo (Melgueiro, 2012, p. 25).

Nesse contexto, a legislação garante o direito da Educação Indígena e da educação escolar indígena. Pensando no contexto do acesso à tecnologia, diante dos dados obtidos através da construção do referencial teórico e dos dados coletados dessa pesquisa é possível observar que o sistema de ensino indígena ainda se demonstra ineficiente em relação à utilização e a disponibilidade do uso das ferramentas tecnológicas.

Além dos equipamentos tecnológicos e do acesso à internet os estudantes indígenas ainda carecem de um processo de orientação de como utilizar esses meios digitais. Nascimento e Hetkowsky (2009) descrevem que além de disponibilizar esses recursos é necessário conduzir os estudantes para que eles consigam ter o domínio dessas tecnologias.

Inserir a Informática na educação não é apenas adquirir equipamentos e programas de computador para a escola. O sucesso e a eficácia de um projeto educacional que utiliza a informática como mais um recurso, no processo pedagógico, exige capacitação e novas atitudes dos profissionais da educação diante da realidade e do contexto educacional. Conhecimento, visão crítica e consciência do educador em relação ao seu papel são fundamentais. O(a) professor(a) deverá estar capacitado(a) para fazer a integração da informática com sua proposta de ensino e da escola, devendo estar aberto a mudanças e disposto a assumir um novo papel: o de facilitador(a) e coordenador(a) do processo de ensino-aprendizagem (Nascimento e Hetkowsky, 2009, p.400).

Wagner (2010) compartilha do mesmo posicionamento de Nascimento e Hetkowsky (2009):

[...] a inclusão digital não significa apenas ter acesso a um computador e à Internet. É preciso saber utilizar esses recursos para atividades variadas, classificadas em três diferentes patamares, segundo sua relação com o exercício da cidadania. Num primeiro nível, a Internet, hoje especialmente através das redes sociais, permite a comunicação entre as pessoas, o que já potencializa formas de articulação em torno de demandas sociais variadas. Num segundo nível, a Internet viabiliza a obtenção de informações e a utilização de serviços de interesse público. Num terceiro patamar, no entanto, certamente ainda mais importante para a cidadania e a nação, a inclusão digital deve permitir a geração e a disponibilização de conteúdo, através das mais diferentes formas – geração de conteúdo multimídia, digitalização de conteúdos variados, criação de páginas e de blogs etc. (Wagner, 2010, p.47-51).

Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade de ampliar o ensino tecnológico para propiciar aos estudantes indígenas o conhecimento sobre o planejamento e administração das ferramentas tecnológicas. E ainda se torna necessário maior investimento em recursos materiais que respeitem a diversidade dos costumes indígenas.

Os indígenas devem usufruir dos meios tecnológicos para preservar e compartilhar seus conhecimentos, crenças e culturas. E para que isso ocorra é fundamental projetos políticos pedagógicos que priorizem o desenvolvimento das habilidades através do manuseio dos recursos tecnológicos.

Conforme visto anteriormente no referencial teórico dessa pesquisa, a Educação escolar indígena ainda apresenta lacunas na execução de um currículo específico e diferenciado. Martins e Knapp (2013) descreve a necessidade de o poder público garantir condições necessárias que amparem legalmente as diretrizes da CF de 1988:

[...] é preciso ter clareza de que não é todo o conhecimento indígena que pode ser posto para dentro da escola, ou escolarizado. Por conta disso, temos que considerar que existem certas práticas culturais que devem ser realizadas em locais e horas específicas, assim como também não podem ser realizadas por qualquer pessoa. Dessa forma, o que estamos colocando, com relação às especificidades dos currículos das escolas indígenas, no que diz respeito aos professores, é que esses devem saber valorizar e reconhecer nos rezadores/caciques/xamãs um saber que vai além dos saberes ocidentalizados, tomados como convencionais, mas não no sentido de tomar os espaços dessas pessoas. Assim, deve ser garantido o espaço para a participação das pessoas que detêm um conhecimento maior, e são reconhecidas nas comunidades como porta-vozes do saber de seu grupo, lembrando que isso está preconizado no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Knapp; Martins, 2017, p. 100-101).

Diante de tal pressuposto, ao analisar o processo de inclusão tecnológica dentro do espaço escolar indígena é possível identificar a necessidade de propostas educativas que conduzam os estudantes indígenas a terem o domínio desses meios tecnológicos para que eles consigam ampliar a qualidade da formação escolar.

Os meios tecnológicos vêm transformando a sociedade e atuando como um agente construtor do conhecimento, no entanto, o processo de inclusão da tecnologia dentro dos ambientes educacionais se configura de maneira lenta, e dentro dos espaços das escolas indígenas o processo é ainda mais lento.

A era da Informação, de maneira geral, constitui o novo momento histórico em que a base de todas as relações se estabelece através da informação e da sua capacidade de processamento e de geração de conhecimentos. A este fenômeno Castells (1999) denomina “sociedade em rede”, que tem como lastro revolucionário a apropriação da Internet com seus usos e aspectos incorporados pelo sistema capitalista.

Lévy (1999) analisa a rede sob o codinome de “cibercultura”, sendo, pois, este novo espaço de interações propiciado pela realidade virtual (criada a partir de uma cultura informática). Ao explicar o virtual, a cultura cibernética, em que as pessoas experienciam uma nova relação espaço-tempo, Lévy (1998) utiliza a mesma analogia da “rede” para indicar a formação de uma “inteligência coletiva”. (Simões, 2009, p. 1).

Dessa forma, para que ocorra uma inclusão digital é necessário, além de disponibilizar computadores e uma infraestrutura tecnológica adequada, também é fundamental disponibilizar um

ambiente de aprendizado com suporte técnico digital, cursos de informática e direcionamento de uma didática adequada aos conhecimentos adquiridos para que possam ser colocados na prática no cotidiano das aldeias indígenas.

Acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...) devemos antes entender um acesso de todos os processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de auto cartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no 'virtual', nem a que um deles 'imite' o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro (Lévy, 1999, p. 196).

A inclusão digital deve ser vista como uma forma de incluir os indígenas no espaço virtual e ainda disponibilizar ferramentas para que os mesmos consigam propagar e registrar sua cultura. Nesse contexto, Sorj (2003) afirma que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panaceia para os problemas da desigualdade elas constituem hoje uma das condições fundamentais de integração na vida social” (Sorj, 2003, p.14). Dessa forma, é necessário pensar que a tecnologia nos espaços indígenas irá propiciar a inclusão social e digital desses povos.

Nessa perspectiva, a inclusão digital nas comunidades indígenas é considerada uma forma de combater estereótipos e proporcionar a possibilidade desses sujeitos sociais terem o acesso e se apropriarem das tecnologias digitais e atuarem como autores e produtores de conhecimentos intervenções.

4 METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um minucioso balanço da produção científica, focando na análise de artigos publicados entre 2020 e 2022 sobre a Educação Indígena em tempos de pandemia. Essa investigação bibliográfica foi conduzida com a utilização de três descritores principais: "Educação Indígena na pandemia", "Covid-19; Ensino remoto; Indígena" e "Acesso tecnológico por Indígenas". Os resultados desse levantamento foram organizados no Quadro 1, evidenciando a quantidade de trabalhos encontrados na plataforma da CAPES.

A pesquisadora, então, selecionou criteriosamente 10 artigos para uma análise mais aprofundada. Cada um desses artigos oferece contribuições essenciais para a compreensão do acesso tecnológico por estudantes indígenas durante a pandemia. Destacam-se estudos sobre xamanismo, a inserção de conhecimentos indígenas na escola por meio de blogs, reflexões sobre aulas remotas, estratégias pedagógicas em Mato Grosso, resiliência indígena e a inclusão educacional pelo ensino superior à distância.

A análise desses artigos revela os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas, destacando especialmente a escassez de acesso à internet e dispositivos tecnológicos, agravando a desigualdade social durante a pandemia. A incorporação de temas como resiliência indígena, práticas pedagógicas e estratégias educacionais contribuiu substancialmente para a construção do referencial teórico que sustentou a pesquisa que foi realizada.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um estudo de campo com a participação de 25 alunos indígenas da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado do Mato Grosso (FAINDI/UNEMAT), durante a qual foram observadas diversas percepções importantes. A maioria dos alunos mencionou ter acesso à internet por meio de celulares e notebooks fornecidos pelo governo durante a pandemia. Em relação ao modo de vida durante esse período, os alunos relataram que o isolamento dificultou a realização das práticas culturais, conforme decretado pela FUNAI e pela OMS para evitar a propagação da Covid-19. No âmbito acadêmico, os alunos destacaram que aqueles sem acesso à internet ou com qualidade insuficiente receberam apoio da FAINDI por meio de conteúdos acadêmicos impressos. Os acadêmicos mais jovens mostraram-se mais adaptados às tecnologias, inclusive criando grupos no WhatsApp para se comunicar com indígenas de outras aldeias. Uma aluna compartilhou que a experiência do ensino durante a pandemia a incentivou a lidar com as tecnologias. Os professores desempenharam um papel fundamental no auxílio aos alunos para lidar com a era digital, ampliando as possibilidades de entrega de trabalhos de forma manuscrita para aqueles com dificuldades em usar o Word. Os alunos reconheceram que a tecnologia tem ganhado espaço em todos os lugares, inclusive nas aldeias, e que é necessário se familiarizar com essas novas ferramentas. Os estudantes indígenas demonstraram ter enfrentado desafios durante o ensino remoto, principalmente devido à falta de acesso à internet em suas aldeias. Apesar das dificuldades, reconhecem a importância das tecnologias, principalmente para a comunicação e realização de atividades escolares. Alguns destacaram que as tecnologias também podem influenciar a vida em suas aldeias, facilitando a comunicação e o registro cultural. Os estudantes mostraram interesse em utilizar as tecnologias como ferramenta educacional no futuro, ressaltando a importância de um uso consciente e equilibrado para preservar a cultura e os valores tradicionais de suas comunidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às transformações impulsionadas pela revolução tecnológica e intensificadas pela pandemia, é evidente que a sociedade contemporânea está imersa em um cenário de constante evolução. A interseção entre tecnologia, mídia e educação tornou-se uma realidade inescapável, moldando não apenas a forma do meio de comunicação, mas também como maneira de aprender.

A mídia, por sua vez, desdobrou-se em diversas formas e meios, assumindo um papel crucial na construção da cultura contemporânea. O termo "mídias", no plural, enfatiza a diversidade de cada meio de comunicação e destaca a complexidade das interações e misturas entre eles, moldando a cultura que emerge dessas interações.

A revolução industrial, marco histórico, desencadeou uma série de transformações que culminaram na era digital. A terceira revolução industrial, também conhecida como revolução

informacional, trouxe consigo a internet, os computadores e os dispositivos móveis, democratizando o acesso à informação. No entanto, essa democratização nem sempre foi equitativa, resultando em desafios de inclusão e exclusão digital.

A Indústria 4.0, atual fase da revolução industrial, incorpora tecnologias como automação, inteligência artificial e robótica, transformando não apenas a produção industrial, mas também a natureza do trabalho e da sociedade em geral. Contudo, a implementação dessas tecnologias levanta questões sobre desigualdades sociais e educacionais, destacando a necessidade de repensar o papel da educação diante dessas mudanças.

A pandemia da COVID-19 acelerou a adoção do ensino remoto, destacando as desigualdades de acesso à tecnologia e evidenciando a importância de repensar o sistema educacional. A transição para o ensino remoto trouxe desafios significativos, desde a falta de equipamentos até a necessidade de adaptação rápida por parte de educadores, alunos e familiares.

A reflexão sobre o papel da educação na era digital e durante a pandemia destaca a importância de pensar em modelos de ensino-aprendizagem alinhados com as demandas da sociedade contemporânea. A busca por uma educação que vá além da preparação para o mercado de trabalho, valorizando o desenvolvimento integral do indivíduo e promovendo valores éticos, é essencial.

Diante das transformações rápidas e profundas, a sociedade necessita não apenas de acesso à tecnologia, mas também de uma educação que promova a igualdade de oportunidades, prepare cidadãos críticos e éticos, e esteja alinhada com os desafios e possibilidades da era digital.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**. Relator: Raul Henry Parecer do Relator da Comissão de Educação – Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594056>. Acesso em: 29 maio 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. *In*: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Entrevista com Paulo Freire: a educação neste fim de século. *In*: GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e Sociedade**. São Paulo: Edart – São Paulo Livraria e Editora Ltda., 1977.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- JUNQUEIRA, Eduardo. **Não se pode confundir sul** [...]. O Povo, 27 mar. 2020. Disponível em <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/03/27/eduardo-junqueira-atividade-escolar-remota-nao-e-ead.html>. Acesso em: 08 abr. 2020
- MARTINS, J., BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Educ/Moraes, 1989.
- MELGUEIRO, Z. H. **A situação sociolinguística nas escolas indígenas: Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM) / Zilma Henrique Melgueiro**. – Recife: O Autor, p. 25. 2012.
- OLIVEIRA, R. J. Bachelard: o filósofo professor ou o professor filósofo. In: OLIVEIRA, R. J. **A escola e o ensino de ciências**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- SCHIEREN, Jost. Goethes meditativen Naturerkennen. In: SCHIEREN, J. (Hsrg.). **Rationalität und Intuition in philosophischen und pädagogischen Perspektive**. Frankfurt, Deutschland: Peter Lang, 2008.
- SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, ano V, n. 05, maio/2009.
- SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UNESCO, 2003.
- WAGNER, Flávio R. **Habilidade e inclusão digital - o papel das escolas**. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009. São Paulo, 2010.

Recebido em: 30 de dezembro de 2023.

Aprovado em: 15 de abril de 2024.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/12093>

ⁱ **Laleska Leticia Falico**. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, Mato Grosso, Brasil.
Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5860093283045485>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2188-0831>
E-mail: laleska.falico@unemat.br

ⁱⁱ **Rosely Aparecida Romanelli**. Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEduc- UNEMAT desde 2016, tendo sido coordenadora entre janeiro de 2019 e julho de 2022. Desde agosto de 2019 também exerce a função de Coordenadora Operacional do Dinter em Comunicação PPGCOM-UERJ-UNEMAT. Possui mestrado (2000) e doutorado (2008) em Educação pela Universidade de São Paulo.
Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8657873385904540>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1024-9833>
E-mail: roselyromanelli@gmail.com